

Por Davi Uemoto, diretor executivo da Associação Brasileira de Importadores e Distribuidores de Produtos para Saúde (ABRAIDI) e

Alexandre Massaru, head de Relações Governamentais do Instituto Brasileiro de Biotecnologia e Bioinovação Científica (IBBIC).



A saúde brasileira ganhou, neste ano, um marco que pode mudar a forma como o país pensa sua política industrial. A Lei nº 15.471, de 20 de julho de 2026, que institui a Estratégia Nacional de Saúde do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (Ensceis), incorpora o desenvolvimento produtivo, tecnológico e a inovação do CEIS à própria Lei Orgânica da Saúde. A nova legislação estabelece bases para transformar essa agenda em política de Estado, reduzindo sua dependência dos ciclos de cada governo.

A mudança é especialmente relevante para a indústria de dispositivos médicos. Um sistema universal e de grande escala como o SUS depende também da capacidade de pesquisar, desenvolver, fabricar e disponibilizar medicamentos, equipamentos, dispositivos, tecnologias digitais, insumos e outros componentes estratégicos. Dispositivos médicos estão no ponto de encontro entre medicina, engenharia, ciência de materiais, software, inteligência artificial, manufatura avançada e pesquisa clínica. Fortalecer esse setor significa reduzir vulnerabilidades externas, ampliar competências tecnológicas, gerar empregos qualificados e aumentar a capacidade brasileira de produzir soluções de maior valor agregado.

A nova lei estabelece como diretrizes o desenvolvimento do parque industrial da saúde, a ampliação da autonomia nacional e o incentivo à fabricação de dispositivos médicos no país. Também prevê a articulação de poder de compra estatal, financiamento, regulação, infraestrutura científica e tecnológica e parcerias para enfrentar desafios produtivos e tecnológicos. Inovação em saúde exige tempo. Entre a pesquisa e a chegada de uma tecnologia ao paciente existem etapas de desenvolvimento, validação, pesquisa clínica, registro, produção e incorporação. O chamado “vale da morte” revela a dificuldade de conectar essas fases. Projetos isolados e financiamento descontínuo não são suficientes. É preciso um ambiente previsível e articulado para que empresas, universidades, instituições de ciência e tecnologia, hospitais e governo atuem de forma coordenada.

É nesse contexto que a dimensão regional ganha importância. São Paulo já possui instrumentos para estimular Cadeias Produtivas Locais (CPLs), por meio do programa SP Produz, conduzido pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Na área de tecnologia médica, essa organização pode aproximar empresas, universidades, parques tecnológicos, startups e centros de pesquisa, acelerando a transformação do conhecimento em produtos. O próximo passo é conectar essa estrutura às políticas de Saúde e de Ciência, Tecnologia e Inovação e, principalmente, à rede hospitalar. Os hospitais precisam estar no centro desse ecossistema. É neles que necessidades clínicas são identificadas, tecnologias são utilizadas e evidências são produzidas. Aproximá-los das CPLs pode encurtar o caminho entre necessidade assistencial, pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico, validação clínica e produção industrial.

São Paulo reúne indústria, universidades, centros de pesquisa, parques tecnológicos e uma das redes hospitalares mais sofisticadas do país. Não falta capacidade; falta aprofundar as conexões entre essas capacidades. A nova estratégia nacional abre uma janela para isso. Se essa articulação avançar, as CPLs poderão deixar de ser apenas instrumentos de organização empresarial e se transformar em ecossistemas de inovação em saúde, capazes de converter necessidades clínicas em pesquisa, pesquisa em tecnologia, tecnologia em produção e produção nacional em melhores soluções para os pacientes. A consolidação do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS) como política de Estado, que foi amplamente debatida no TecMed Brasil 2026 – 1º Congresso Brasileiro de Tecnologia Médica, traz uma mudança de perspectiva onde a saúde não deve ser vista apenas como uma área de gasto público, mas também como plataforma de desenvolvimento econômico, científico, tecnológico e social. Para um país que pretende garantir um sistema de saúde sustentável, dominar e inovar nas tecnologias que o sustentam não é apenas uma

oportunidade industrial, mas uma questão estratégica.

Fonte: [Abraidi](#), em 29.09.2026.